

INTEGRAÇÃO E CONTROLE NA TEORIA DOS PAPEIS SOCIAIS DE TALCOTT PARSONS:

compreendendo a influência da teoria parsoniana na reiteração dos binarismos reinantes na abordagem da transexualidade pelo Direito e pela Bioética

INTEGRATION AND CONTROL IN THE TALCOTT PARSONS' THEORY OF THE SOCIAL ROLES:

understanding the influence of Parsonian theory in the reiteration of the binaries divisions of transsexuality's treatment by law and by the Bioethics

Carolina Grant*

RESUMO

O presente trabalho tem por escopo principal retomar algumas das ideias-chave do pensamento parsoniano edificadas, sobretudo, no âmbito da *teoria da ação social*, destacando-se, nesse contexto, a *teoria dos papéis sociais* e os *processos de aprendizagem* envolvidos nessa dinâmica de direcionamento de condutas. O arcabouço teórico formado a partir das discussões ora travadas servirá de base para debates futuros sobre gênero e direito, bem como dará continuidade a trabalhos anteriores, esclarecendo ainda mais as bases do binarismo (homem/mulher; masculino/feminino; etc.) existente por trás do tratamento clínico *patologizante, biologicista, terapêutico e adequitório* da experiência *trans* (GRANT, 2013).

PALAVRAS-CHAVE: SISTEMA SOCIAL; TEORIA DOS PAPEIS SOCIAIS (PARSONS); CONTROLE E INTEGRAÇÃO.

ABSTRACT

This paper intends to discuss some of the key ideas of Parsonian thought built primarily under the theory of social action, especially in this context, the theory of social roles and the learning processes involved in this dynamic targeting pipelines. The theoretical framework formed from the discussions waged now serve as the basis for future discussions on gender and law, and will continue to earlier work, clarifying further the basis of the binary (male / female, male / female, etc.) for existing behind the pathologizing medical treatment, a biology, and therapeutic adequatório of trans experience (GRANT, 2013).

KEYWORDS: SOCIAL SYSTEM; THEORY OF SOCIAL ROLES (PARSONS); CONTROL AND INTEGRATION.

1. Introdução

* Professora substituta da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (FDFB). Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (PPGD/UFBA). Pós-Graduada em Filosofia e Direitos Humanos pela Universidade Cândido Mendes (UCAM-AVM). Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Tutora do Curso de Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça promovido pelo NEIM/UFBA. Coordenadora de Pesquisa junto ao Centro de Direito Internacional (CEDIN). Pesquisadora nas áreas de Direitos Humanos e Internacional, Propedêutica Jurídica (IED, Filosofia e Hermenêutica), Bioética e Gênero. E-mail: carolinagrants@hotmail.com

A abordagem sociológica mais aprofundada de temas jurídicos como “Bioética e Transexualidade”, cuja discussão perpassa necessariamente pela relação entre Direito e Gênero e o amadurecimento da compreensão deste último conceito/fenômeno, é algo que já vínhamos realizando desde trabalhos anteriores, mas sempre sob um viés pós-moderno, pós-estruturalista e, por vezes, desconstrucionista, com base nos *estudos queer* e em um marco teórico composto pelas autoras Berenice Bento (2006), Judith Butler (2008) e Michel Foucault (1979; 1988).

Ao analisar, contudo, a construção histórica do “dispositivo da transexualidade” (GRANT, 2013), de modo a resgatar as contribuições teóricas elementares de John Money (1985), Harry Benjamin (1999) e Robert Stoller (1982), surgiu a necessidade de um estudo mais detido que permitisse compreender, de fato, a influência exercida por um outro renomado sociólogo norte-americano, Talcott E. F. Parsons, nas origens daquela construção.

Isso porque, naquela que será considerada por Pierre-Henri Castel (2001) a “terceira fase” da cronologia do “fenômeno transexual”, compreendida durante o período de 1945 a 1975, o psicólogo, sexólogo e professor de psicopediatria do Hospital Universitário John Hopkins (Nova York), o neozelandês John Money (1921-2006), desenvolveu importantes formulações teóricas acerca das noções de gênero, sexo e formação da “identidade sexual” do indivíduo inspiradas na teoria dos papéis sociais/sexuais de Talcott Parsons, vindo a embasar o entendimento que perdurou e se desenvolveu através do tempo consubstanciado na abordagem clínica da transexualidade.

Por essas razões, o presente trabalho tem por escopo principal retomar algumas das ideias-chave do pensamento parsoniano edificadas, sobretudo, no âmbito da *teoria da ação social*, destacando-se, nesse contexto, a *teoria dos papéis sociais* e os *processos de aprendizagem* envolvidos nessa dinâmica de direcionamento de condutas. O arcabouço teórico formado a partir das discussões ora travadas servirá de base para debates futuros sobre gênero e direito, bem como dará continuidade a trabalhos anteriores, esclarecendo ainda mais as bases do binarismo (homem/mulher; masculino/feminino; etc.) existente por trás do tratamento clínico *patologizante, biologicista, terapêutico e adequatório* da experiência *trans* (GRANT, 2013).

2. Um clássico da teoria sociológica contemporânea: a época, a formação, as principais tendências e preocupações que influenciaram o trabalho de Talcott Edgar Frederick Parsons

Talcott Edgar Frederick Parsons (1902-1979), sociólogo norte-americano considerado um dos autores clássicos da teoria sociológica contemporânea, foi um expoente e reflexo da sua época, tendo atingido o auge da sua produção – a qual espelhou algumas das principais preocupações do seu tempo, como a estabilidade (política, social, econômica e moral) da sociedade estadunidense, a ordem e o controle social, e o espírito de necessária cooperação do pós-guerras – nas décadas de 1960 e 1970.

A formação inicial em Biologia e, posteriormente, em Economia influenciou significativamente as suas construções teóricas, levando-o a dar prosseguimento a propósitos próprios da teoria organicista – e sua tendência a aplicar conceitos oriundos das ciências naturais à vida social –, mas também a aproximar-se de Max Weber, além de outros teóricos como Émile Durkheim, Vilfredo Pareto e Bronislaw Malinowski, bem como de uma abordagem sociológica mais teórica e conceitual de tradição europeia em oposição ao que vinha sendo produzido no campo da sociologia norte-americana, que apresentava uma abordagem mais local, empírica e distante das produções estrangeiras, a exemplo das pesquisas então desenvolvidas pela tradicional Escola de Chicago.

Marina Félix Melo (2012) esclarece que Parsons procurou realizar uma síntese que escapasse da dualidade até então existente entre as correntes da Sociologia, as quais ora se aproximavam da chamada “macro-sociologia” – isto é, da análise do potencial de influência coercitiva das estruturas sociais sobre o comportamento dos indivíduos –, ora voltavam-se para a “micro-sociologia” – ou seja, para o estudo da capacidade de agência desse mesmo indivíduo. Havia, na Sociologia de então, uma forte cisão entre estrutura e ação (agência), real e ideal, racional e valorativo, que Talcott Parsons tenta superar de modo que, conforme explica Ana Carolina Cavalcanti de Albuquerque (2011, p. 20), a compreensão da ação como um *sistema* partisse do pressuposto de que a *estrutura* da ação é *real*, mas poder ser decomposta em elementos ou condições *ideais* para fins de análise *teórica*, o que seria objeto de estudo da Sociologia; nesse contexto, o ator social (indivíduo ou agente) representaria apenas um destes elementos considerados.

Nas palavras da doutoranda em Sociologia da UFPE:

De acordo com Alan Dawe em “*The Structure of Social Action*” (1980), Parsons ergue um argumento contra o dualismo positivista-idealista do pensamento social ao tecer que tanto o positivismo, como o idealismo, proporcionam elementos fundamentais a uma concepção de ação social. Dito isto, para Parsons essas duas visões são complementares na medida em que os modelos que formam o superego, interiorizados pelo indivíduo, são os mesmos institucionalizados ao passo que são compartilhados e interiorizados por vários indivíduos. A complementaridade entre individual e coletivo é chamada de “reciprocidade de perspectivas” e é com base nesta reciprocidade que o autor encontra a solução para o problema da ordem social

(ROCHER, 1976). (MELO, 2012, p. 135).

Se por um lado, portanto, Parsons afirma que “existe a mesma ordem de relação entre papéis e funções de um sistema nos sistemas sociais que existe entre órgãos e funções no organismo”¹, por outro, aproxima-se de Weber ao levar em consideração a intencionalidade das ações e a racionalidade voltada à consecução de fins no desenvolvimento da sua teoria sistêmica e funcionalista da ação social. Com isso, o sociólogo procura conjugar a teoria da ação de Max Weber com a teoria dos sistemas em ascendência, de modo a ir além do mero funcionalismo, herdado de Durkheim.

O que o sociólogo norte-americano propõe é justamente a compreensão da *ordem social* como vinculada a um *sistema de valores* compartilhados por toda a sociedade e interiorizado pelos indivíduos em seu processo de aprendizagem, educação e formação, por intermédio e com o reforço realizado pelas instituições, de modo a refletir em suas escolhas e no direcionamento de suas ações, bem como a criar expectativas mútuas entre os agentes que interagem entre si. Dessa forma, os indivíduos continuariam sendo os responsáveis pelas escolhas que determinarão suas ações, mas tais escolhas, orientadas à consecução de um fim, sofreriam a influência do processo de aprendizagem e assimilação dos padrões culturais e, sobretudo, dos *papéis sociais*.

Ainda de acordo com M. F. Melo, portanto:

[...] embora seja fulcral a perspectiva voluntarista da ação no problema da ordem social, Parsons analisa a ordem como dependente de um sistema de valores em comum, no qual os indivíduos precisam ser socializados antes de agir, o que faz com que o sistema de valores comuns seja anterior aos próprios atores sociais. [...] Parsons caminhou em direção a uma síntese entre ação e sistema social, agência e estrutura, ou seja, o autor atribuiu ao problema da ordem uma dimensão de controle das suas diversas interações exercitadas pelos agentes. Assim, a ordem não seria algo exterior imposto aos indivíduos (agentes da ação social), mas sim, o resultado das múltiplas interações desses agentes. [...]. (MELO, 2012, p. 135).

No mesmo sentido conclui Alan Dawe (1980, p. 525), ao afirmar que: “É parte integrante e básica de sua concepção e análise da ação que o real seja definido pelos seres humanos em termos de suas visões [valores] do ideal”; assim, Parsons procura, como já dito, superar a dualidade ideal *versus* real, ação *versus* estrutura.

É também nesse diapasão que Talcott Parsons vem a tornar-se uma referência teórica do *estrutural-funcionalismo* ou *funcionalismo estrutural*, isto é, do estudo da ação humana integrada aos sistemas sociais e da busca por um equilíbrio social fundamentado nas relações

1 No original: “[...] Existe el mismo orden de relación entre roles y funciones relativo al sistema en los sistemas sociales, que existe entre órganos y funciones en el organismo. [...]”. (PARSONS, s/d, p. 77).

que os indivíduos estabelecem entre si a partir do aprendizado cultural, dos valores compartilhados e de suas escolhas pessoais direcionadas a fins pré-determinados; uma forma de explicar o funcionamento da estrutura social através de uma visão que a associa a um organismo vivo, ou seja, uma estrutura em que as partes individualmente consideradas são analisadas sem perder de vista a sua integração harmônica no todo, a sua interação no conjunto globalmente considerado e a função que desempenham para manter o equilíbrio almejado.

2.1. A estruturação da obra de Parsons e o “Paradigma AGIL”

Sua obra, indica Guy Rocher (1976, pp. 13-14), pode ser dividida em três momentos, quais sejam: a) em um primeiro momento, o autor desenvolve sua “teoria da ação social”; b) em seguida, dedica-se a sistematizar essa teoria da ação social, objetivando universalizá-la, bem como torná-la uma “teoria geral da ação”; c) no terceiro e último momento, Parsons intenta aplicar essa teoria geral da ação a outros campos de conhecimento das ciências sociais.

O objetivo do teórico norte-americano em suas primeiras publicações, “A Estrutura da Ação Social” (1937) e “O Sistema Social” (1951), foi, então, estabelecer um esquema conceitual geral da ação humana, sobretudo a partir da identificação de um sistema geral de ação, que abarca quatro subsistemas, conforme esclarece Maria Julieta Cordova (2007, p. 261): “o sistema cultural estaria voltado à manutenção de padrões estabelecidos pela cultura instituída; o sistema de personalidade à busca e ao alcance de metas pré-estabelecidas; o organismo comportamental estaria então voltado à adaptação social. E o sistema social seria o subsistema necessário para a integração desses elementos”.

Ao desenvolver tais ideias em trabalhos posteriores, Parsons veio a formular o notório “paradigma AGIL”, um paradigma de quatro funções que serviria de base para a interpretação geral da ação humana, de modo que as funções “A” corresponderiam a *adaptação*, “G” (*goals*) ao alcance de metas e objetivos, “I” a *integração* e “L” (*latency*) a manutenção de padrões e estruturas latentes. O esquema AGIL, pontua M. F. Melo (2012, p. 133), “funciona a partir destes quatro subsistemas [...] interrelacionados, e é a [sua] leitura sistêmica [...] que possibilita a visualização da sociedade como um sistema social (perspectiva estrutural funcionalista), ou seja, cada uma dessas quatro funções age como pré-requisito para a existência do sistema social como um todo, no qual repousa a base do modelo de interpretação social do autor”.

É possível explicar e dispor os quatro componentes da ação em uma tabela com dois

eixos, ficando o eixo horizontal dividido entre variáveis instrumentais e consumatórias, o que corresponderia, respectivamente, à relação entre meios e fins de Max Weber, e o eixo vertical dividido em variáveis exteriores e interiores, conforme quadro abaixo (Albuquerque, 2011, p. 21):

	Instrumental	Consumatório
Exterior	“A” - Adaptação (<i>adaptation</i>)	“G” - Instrumentalização de objetivos (<i>goal attainment</i>)
Interior	“L” - Manutenção das estruturas latentes (<i>latent pattern-maintenance</i>)	“I” - Integração (<i>integration</i>)

A leitura em sentido horário da tabela acima é o que justifica a nomenclatura AGIL.

Expressões como *adaptação*, *integração*, *manutenção*, além de *estabilidade* e *assimilação*, passaram a ser fortemente associadas e características do discurso parsoniano, isso porque o objetivo final de qualquer sociedade (e, por conseguinte, do próprio esquema AGIL), para o sociólogo, seria justamente o alcance da *homeostase* – termo proveniente da Biologia que corresponde à propriedade de um sistema aberto que tem por função regular o ambiente interno, a fim de manter uma condição estável, através de múltiplos ajustes de equilíbrio dinâmicos, controlados por mecanismos inter-relacionados de regulação. Para alcançar esse equilíbrio, qualquer sistema deve intentar adaptar-se, na medida do possível, ao ambiente circundante (*Adaptation*), buscando alcançar metas pré-estabelecidas (*Goals*), integrando (*Integration*) todos os componentes necessários para o processo, isto é, mantendo em harmonia e coesos todos os elementos que o compõem, e, assim, assegurando a manutenção dos padrões existentes capazes de dar prosseguimento à meta de alcance da *homeostase* (*Latency*)².

Diante desse quadro, os críticos de Parsons apontaram-no como um grande

2 Em outras palavras: “*Adaptation*, or the capacity of society to interact with the environment. This includes, among other things, gathering resources and producing commodities to social redistribution. *Goal Attainment*, or the capability to set goals for the future and make decisions accordingly. Political resolutions and societal objectives are part of this necessity. *Integration*, or the harmonization of the entire society is a demand that the values and norms of society are solid and sufficiently convergent. This requires, for example, the religious system to be fairly consistent, and even in a more basic level, a common language. *Latency*, or latent pattern maintenance, challenges society to maintain the integrative elements of the integration requirement above. This means institutions like family and school, which mediate belief systems and values between an older generation and its successor”. (PARSONS, 1970, pp. 26-50). [Tradução: Adaptação, ou a capacidade da sociedade de interagir com o ambiente. Isso inclui, entre outras coisas, reunir recursos e produzir mercadorias para redistribuição social. Realização de objetivo, ou a capacidade de definir metas para o futuro e tomar decisões em conformidade. Resoluções políticas e de objetivos da sociedade fazem parte desta necessidade. Integração, ou a harmonização de toda a sociedade, é uma exigência de que os valores e normas da sociedade sejam sólidos e suficientemente convergentes. Isso requer, por exemplo, que o sistema religioso seja bastante consistente e, até mesmo em um nível mais básico, uma linguagem comum. A latência, ou a manutenção de padrão latente, desafia a sociedade a manter os elementos integradores do requisito de integração acima. Isso significa instituições como a família e a escola, que mediam os sistemas de crenças e valores entre uma geração mais velha e seu sucessor].

conservador, adepto do “bom” funcionamento da sociedade e avesso a transformações, o que era associado, como já mencionado supra, ao contexto histórico do desenvolvimento de suas principais ideias e maturidade intelectual, sobretudo se considerada a chamada “revolução gerencial dos anos 20”, o quadro industrial (e organicista) do taylorismo e fordismo, bem como a atmosfera política e social da guerra fria, que demandavam, de fato, o privilégio à coesão, adaptação e estabilidade (principalmente no que tange às instituições tradicionais como a família). O indivíduo, portanto, em seu agir social, era tomado como uma expressão (não exatamente um “produto”, afinal, frise-se, havia a influência, ainda que não de forma purista, da teoria voluntarista da ação em Parsons) das estruturas, do sistema social, mais precisamente, que deveria ser mantido, preservado por esse mesmo indivíduo, de modo que se tal não ocorresse, os mecanismos de controle social, a exemplo da moral, da ética e da justiça, entrariam em ação para corrigir o problema, funcionando como instrumentos preventivos e/ou corretivos.

Com base no exposto, retomar-se-á, a seguir, alguns elementos da “teoria geral da ação” parsoniana, com o intuito de verificar-se em quê a crítica acima aplica-se ao escopo geral deste trabalho.

3. Elementos centrais da *teoria geral da ação* parsoniana: o *agir social* e a *teoria dos papéis sociais*

Em “O Sistema Social”, obra na qual Parsons desenvolverá a “teoria dos papéis sociais” e estabelecerá uma marcante concepção acerca da função exercida pela família na estrutura social, o autor deixa claro o seu propósito, logo de início, de sistematizar os principais elementos necessários a uma análise geral da estrutura e dos processos dos sistemas sociais, sendo que, no âmbito da ação, o esquema conceitual tem como foco a delimitação do sistema de papéis institucionalizados (“papéis sociais”) e dos processos motivacionais organizados em torno deles; trata-se, portanto, como pretende Parsons na “segunda fase” da sua produção intelectual, de uma formulação de *teoria sociológica geral*, compreendida, aqui, como parte da teoria do sistema social centrada nos fenômenos de institucionalização das pautas de orientação valorativa em torno dos “papéis sociais”. O esquema conceitual geral da ação assim elaborado por Parsons orienta-se pela aplicação prática e investigativa dos padrões normativos da ação e pela reprodução da ordem social, identificadas pelo sociólogo como “sociedades concretas”.

O ponto de partida fundamental para o delineamento de um esquema conceitual de

análise dos sistemas sociais é o próprio conceito de “sistemas sociais de ação”; nesse sentido, a forma como os atores sociais supostamente agem levaria à conclusão de que é possível considerar tal interação como um *sistema*, no sentido científico, e submeter tal interação ao mesmo tipo de análise de sistemas que fazem parte de outras ciências. O esquema de análise (de ação e interação) é um esquema *relacional*, levando-se em consideração, para observar-se a orientação de um ou mais atores, situações que compreendam outros atores. Dessa forma, embora a *ação* tenha um significado individual – correspondendo a um processo do sistema motivacional “ator-situação”, de acordo com o qual toda ação encontra-se atrelada a escolhas que levem à obtenção de recompensa ou ao evitamento de privações não apenas em termos de dor ou prazer físicos, mas indo além das necessidades orgânicas dos indivíduos para abarcar perdas e ganhos sociais –, a organização dos elementos da ação se dá, principalmente, em função da relação do ator social com a situação em que se encontra envolvido, a história desta relação, no sentido de “experiência”, e as expectativas criadas a partir de uma série de aprendizados sociais prévios (não meramente como resposta a estímulos)³.

Para Talcott Parsons, a unidade mais elementar de um sistema social é, pois, o *ato*, isto é, uma manifestação qualquer do sistema de ação supradescrito; isso porque o ato é parte de um processo de interação entre o seu ator e outros atores sociais. Um sistema social, em síntese, é um sistema de interação entre atores; a estrutura das relações entre os atores, imersos em um processo interativo, corresponde essencialmente à estrutura do sistema social, o qual, nas palavras do sociólogo, é “uma trama de relações”. Cada indivíduo se encontra, assim, envolvido em uma pluralidade de relações interativas, cada uma com um ou mais pares, em papéis complementares, por isso a participação de um ator em uma relação interativa representa, para muitos fins, a unidade mais significativa do sistema social.

Ao analisar essa participação/interação, surgem dois aspectos principais do pensamento parsonsiano desenvolvido em “O Sistema Social”: o “status” e o “papel” (*role*).

3 Nas palavras do autor: “La «acción» es un proceso en el sistema actor-situación que tiene significación motivacional para el actor individual o, en el caso de una colectividad, para sus componentes individuales. Esto quiere decir que la orientación de los procesos de acción correspondientes se relaciona con el logro de gratificaciones o evitación de privaciones del actor relevante, cualesquiera que estas sean a la luz de las estructuras relevantes de la personalidad. Solo en la medida que esta relación con la situación sea motivacionalmente relevante será considerada, en esta obra, como acción en sentido técnico. Se presume que la última fuente de energía o factor «esfuerzo» de los procesos de acción procede del organismo, y consecuentemente que, en un cierto sentido, toda gratificación o privación tiene una significación orgánica. Pero aunque se halle enraizada en ellas, la organización concreta de la motivación no puede ser analizada — a los fines de la teoría de la acción — como necesidades orgánicas del organismo. La organización de los elementos de la acción — a los fines de la teoría de la acción — es, sobre todo, una función de la relación del actor con su situación y la historia de esa relación, en el sentido de «experiencia». Así definida, es una propiedad fundamental de la acción no consistir en «respuestas» ad hoc a «estímulos» particulares de la situación; por el contrario, el actor desarrolla un sistema de «expectativas» en relación con los diferentes objetos de la situación. [...]”. (PARSONS, s/d, p. 07).

Ou seja, de um lado, existe um aspecto de análise que considera o indivíduo posicionado, “localizado”, no sistema social relativamente aos demais atores – trata-se, aqui, do lugar ocupado por um determinado ator social no sistema de relações considerado como uma estrutura (*status*); de outro, existe um aspecto processual correspondente ao desempenho (*role*) desenvolvido por este ator no âmbito de suas relações com os outros, no contexto de uma “significação funcional” para o sistema social. A diferença entre *status* e *role* encontra-se, pois, na distinção entre duas perspectivas recíprocas e inerentes à interação: em parte, cada ator representa um objeto de *orientação* para os demais, de modo que, sendo essa significação derivada de sua posição no sistema social, revela-se uma significação de *status*; em contrapartida, cada ator se orienta tendo em vista os demais atores, ao *atuar*, *agir*, o ator social não está mais servindo como objeto ou referência sob esse ponto de vista específico, mas desempenhando o seu papel (*role*) a partir das referências externas.

Os sistemas de ação se estruturam, ainda, em torno de três “focos integrativos”: o ator individual, o sistema interativo (o sistema social como um todo) e um sistema de pautas culturais, sendo estas últimas as que estabelecerão, de modo geral, as expectativas associadas a cada “papel” passível de ser desempenhado pelo ator social. Nesse sentido, é válido atentar para a própria explicação de Parsons, ainda que um pouco longa, pela precisão na forma como a reflexão é colocada e pela convicção e clareza do posicionamento defendido:

El prerequisite de la motivación adecuada nos da uno de los puntos de partida primarios para elaborar *los conceptos de rol* e institucionalización. El problema, fundamentalmente, es este: *¿las personalidades desarrolladas dentro de un sistema social, en cualquier estadio de su ciclo vital, actuarán «espontáneamente» de tal manera que cumplan los prerequisites funcionales de los sistemas sociales de que son partes, o es necesario buscar mecanismos relativamente específicos, es decir, modos de organización de los sistemas motivacionales de las personalidades, que puedan ser entendidos en relación directa con el nivel o conducta de rol socialmente estructurados?* El antiguo punto de vista «psicológico» de que las sociedades son las resultantes de los «rasgos» de los individuos independientemente determinados, escogería la primera alternativa. El moderno punto de vista sociológico tiende a subrayar la segunda. Presentar el problema de la motivación adecuada no solo plantea en general los problemas de los *mecanismos de la socialización y el control social* y su relación con la dinámica del sistema social, sino que proporciona también la base para un enfoque del análisis de los mecanismos relevantes. La psicología de la personalidad, según hemos visto, cada vez se orienta más hacia el sistema relacional del actor, esto es, su orientación hacia objetos. *Cuando este hecho se combina con la posición fundamental del concepto de expectativa en la teoría de la acción, queda aclarado que un aspecto central de la orientación general y especialmente catético del actor es su serie de disposiciones de necesidad para el cumplimiento de las expectativas de rol, en primer lugar aquellas de otros actores significativos, pero también las suyas propias.* En la estructura de la personalidad de un actor individual existe una dimensión de «conformidad-alienación», en general o en contextos de rol particulares, se convierte en el foco central de la articulación del sistema motivacional de la personalidad con la estructura del sistema social. (PARSONS, s/d, p. 23-24 – grifos nossos).

É possível inferir-se, portanto, da tese defendida por Parsons, que as “pautas culturais”, isto é, a cultura, de modo geral, com os seus padrões normativos, orientações morais e expectativas sociais, objetivos e metas individuais e coletivos, influencia sobremaneira o agir do indivíduo (ator social) – mais, ou ao menos tanto quanto, a sua própria personalidade –, uma vez que aquele se encontra, como já visto, imerso em uma “teia de relações sociais”, nas quais se movimenta visando atender, justamente, às expectativas depositadas sobre si, desempenhar a função que lhe foi atribuída, alcançar recompensas, reconhecimento, e evitar reprovações ou privações.

O “problema da ordem”⁴ – e, assim, o da integração dos sistemas estáveis de interação social, isto é, da estabilização da estrutura social – resolver-se-á a partir do momento em que houver uma compatibilização ou equivalência entre os aspectos motivacionais dos atores sociais e os critérios normativos culturais que integram o sistema de ação (os padrões normativos que orientam a escolha individual dentre múltiplas possibilidades de ação); tais critérios correspondem a “padrões de orientação de valor” e, para Parsons, compõem uma parte especialmente importante da tradição cultural que integra o sistema social.

Um critério institucionaliza-se quando passa a figurar exatamente como uma expressão das disposições de vontade pessoal do indivíduo (ator), ou seja, já foi internalizado, além de representar uma condição ou opção para aprimorar, tornar positivas, as suas relações com outros atores. Dessa forma, pautas valorativas encontram-se sempre institucionalizadas em contextos de *interação* – de um lado existem as “expectativas de desempenho (*role*)”, expectativas que se referem e estabelecem os critérios de conduta do ator; de outro, existem as “sanções”, uma série de expectativas referentes às reações prováveis dos demais, podendo ser positivas ou negativas, correspondendo a gratificação/aprovação ou privação/desaprovação, respectivamente. Tratam-se, os papéis e as sanções, de expectativas evidentemente recíprocas.

Um “papel” (*role*), em resumo, é uma parte do sistema de orientação total de um ator individual que se organiza em torno das expectativas relacionadas a um dado contexto de interação, o qual, por sua vez, encontra-se integrado a uma série de critérios de valor que

4 Sobre normatividade, expectativas e ordem social, explica Parsons que: “Es inherente a un sistema de acción que esta se encuentre, por así decirlo, «normativamente orientada». Ello se sigue, según se vió, del concepto de las expectativas y su posición en la teoría de la acción, especialmente en la fase «activa» en que el actor persigue metas. Las expectativas, pues, en combinación con la «doble dependencia» (como ha sido llamada) de los procesos de interacción crea el problema crucialmente imperativo del orden. Pueden ser distinguidos, a su vez, dos aspectos de este problema del orden: el orden en los sistemas simbólicos que hace posible la comunicación y el orden en la mutualidad de la orientación motivacional hacia el aspecto normativo de las expectativas, es decir, el problema del orden de Hobbes”. (PARSONS, s/d, pp. 27-28).

guiam a interação de qualquer indivíduo com o ambiente externo e com outros papéis complementares; estes fatores externos representam, por fim, a reciprocidade de expectativas em relação aos critérios valorativos comuns de orientação.

Quando uma série de “pautas valorativas” comuns a toda a sociedade passa a coincidir com a estrutura interna de necessidades geradas pela personalidade do ator social individualmente considerado, diz-se que existe um alto grau de integração do sistema social, de modo que essa integração do sistema cultural com o sistema de personalidade corresponderia, para Parsons, ao fenômeno central da dinâmica dos sistemas sociais:

[...] Se puede decir que el teorema dinámico fundamental de la sociología es el siguiente: la estabilidad de cualquier sistema social, exceptuando el proceso de interacción más evanescente, depende hasta cierto punto de esa integración [de una serie de pautas de valores comunes con la estructura de la disposición de necesidad internalizada de las personalidades]. Este es el punto principal de referencia de todo análisis que pretenda ser un análisis dinámico del proceso social. (PARSONS, s/d, p. 30).

É em face do exposto que se torna ainda mais fácil compreender a afirmação de Maria Julieta Weber Cordova (2007, p. 261) de que o esquema teórico de Talcott Parsons relativamente ao “sistema social” diz respeito à *ação e integração* deste sistema aos demais subsistemas da ação, quais sejam, o da cultura, da personalidade e ainda o que se refere à capacidade de adaptação dos atores sociais (relembrando o já mencionado “esquema AGIL”), sempre de forma *relacional e visando a máxima integração, estabilização e manutenção da ordem*⁵.

Um aspecto integrativo das questões relacionadas à estrutura social é justamente a existência de diferentes tipos de “papéis” numa mesma sociedade, os quais são distribuídos entre a população de diferentes maneiras, demandando compatibilizações mútuas. Essa distribuição de papéis representa mais um elemento fundamental, para Parsons, no que concerne à estrutura básica do sistema social. Tal estrutura, nas palavras do autor (PARSONS, s/d, p. 78), “*se describe con las respuestas a preguntas tales como: ¿de cuáles tipos de roles se constituye?, ¿en qué proporciones y cómo están distribuidos en «agrupamientos»?*”.

3.1. A divisão dos papéis, os processos de aprendizagem e a função da entidade

5 M. J. W. Cordova esclarece ainda que: “[...] a estrutura de um sistema social está esquematicamente integrada com o sistema cultural quando se legitima simbolicamente a ordem normativa que rege a instituição de padrões culturais, definindo critérios de linguagem universais; enquanto a personalidade e o organismo comportamental atuam como condicionantes permissivos desta integração entre o social e o cultural, envolvendo aspectos da aprendizagem que se voltam ao desenvolvimento e à manutenção de valores socialmente tidos como adequados à ‘socialização’, seja de ordem política ou econômica”. (CORDOVA, 2007, p. 261).

familiar nesse contexto

Do ponto de vista que privilegia o próprio sistema social, o problema da divisão de papéis diz respeito à alocação das pessoas, em geral, dentro do conjunto de “papéis”, no interior do sistema de “roles”. Isso porque as estruturas sociais consideradas mais estáveis transcendem o período de duração de uma vida do indivíduo ou ator social, ou, ao menos, o tempo em que este desempenha o papel que lhe fora atribuído; daí a necessidade de um processo contínuo de substituição das pessoas nos papéis que conformam a estrutura social, processo que sempre estará em andamento, nunca sendo realizado de forma total ou acabada. Ou seja, os “papéis” fazem parte da estrutura, transcendem os indivíduos e se mantêm sendo exercidos por sucessivos atores, os quais desempenham as funções necessárias à integração e manutenção do sistema social como um todo, dando, cada um, suas contribuições individuais – as quais podem coincidir, ou não, com suas demandas pessoais, mas cuja coincidência se espera em um sistema totalmente integrado, considerando-se a relação já exposta entre o sistema de personalidade e o sistema cultural.

Eis que exsurge uma outra conclusão digna de nota para os fins deste trabalho ao longo do desenvolvimento do raciocínio parsoniano acerca da divisão de papéis, a resposta à pergunta “por onde deve começar a alocação de um dado indivíduo no sistema de papéis sociais?”. Em todas as sociedades, afirma o autor (PARSONS, s/d, p. 79), esse início encontra-se determinado pelo fato de uma criança pertencer a um dado sexo e ter nascido em uma posição particular em uma unidade familiar específica, *o que faz com que os primeiros critérios de alocação sejam adscritivos, classificatórios em relação à idade e o sexo – os quais presumivelmente não podem ser mudados* –, e racionais relativamente à sua posição social (*status* familiar – este sim podendo vir a ser modificado).

As famílias, portanto, que têm dentre suas funções precípuas, na grande maioria das sociedades, o cuidado das crianças, revelam-se o *locus* privilegiado de iniciação no processo de socialização do indivíduo, do ator social, localizando-o na sociedade, mediando suas primeiras relações com esta e estimulando-o, direta ou indiretamente, a assimilar os primeiros sinais que o levarão a assumir uma série de papéis socialmente predeterminados, tais como, no mínimo, os de cônjuges e de pais, afinal, *“una parte muy significativa del proceso de socialización tiene casi siempre lugar dentro de la unidad familiar, sirviendo las personalidades de la familia como agentes de socialización estratégicamente importantes”* (PARSONS, s/d, p. 103). Para o sociólogo norte-americano, existiria um “poderoso complexo de forças no nível da ação” que, uma vez constituída a família, tenderia a perpetuá-la, de

modo a fazer com que, justamente por isso, as condições de socialização no âmbito familiar predispussem a criança a assumir os mencionados papéis ao longo da vida.

Além dos “papéis sociais”, também os “papéis sexuais” a serem desenvolvidos pelos indivíduos teriam a sua base formada no contexto familiar, uma vez que, somado ao fato de o núcleo familiar gerar a necessidade de afeto supostamente a ser suprida pela substituição do núcleo primário por um novo núcleo a ser constituído pela criança quando atingir a idade adulta, o tabu do incesto, a condenação moral/social à homossexualidade e o estímulo ao desenvolvimento “saudável” de uma “heterossexualidade normal”⁶, reforçando o padrão heteronormativo, seriam os ingredientes necessários à comprovação da poderosa força exercida pela família na socialização do novo ator social, integrando-o, neste ponto, a uma estável, perene e consolidada instituição: a família heterossexual, formada pela união entre um homem e uma mulher, da qual resultam filhos. Nas palavras do autor:

Parece, pues, que la personalidad del infante humano se ha desarrollado siempre en el contexto de ciertas tempranas vinculaciones crucialmente importantes; la madre representa sin duda el más amplio. Sea cual sea la importancia de estos hechos en orden a las posibilidades generales del desarrollo de la personalidad, parece que son cruciales para la perpetuación de la familia como un foco central de la estructura social. El punto más esencial es que el niño crece con una necesidad profundamente enraizada de vinculaciones adultas que pueden servir de sustituto a sus vinculaciones infantiles. Más aún, este sistema de vinculación llega a estar estructurado en torno a los ejes de la discriminación sexual. Seguramente, á pesar de la plasticidad institucional aparentemente muy grande de las estructuras de necesidad eróticas, la gran regularidad con que es tabú la homosexualidad, o solo permitida dentro de límites muy estrechos, es otro hecho que merece ser equiparado a los de la adscripción de estatus inicial, el cuidado de los niños y la regulación de las relaciones heterossexuales como una uniformidad social central. Un punto esencial es sobre todo, pues, que el niño tiene su desarrollo erótico canalizado en la dirección de la heterossexualidad normal y que esta comprende no solo necesidades de gratificación erótica en un sentido específico, sino también el situar algunas gratificaciones eróticas al menos en el contexto de una vinculación heterossexual difusa. Una vinculación estable de un hombre con una mujer que comprende de suyo relaciones sexuales, da como resultado casi automáticamente una familia. Si esto acontece, las fuerzas que tienden a integrar al niño en la misma unidad son ciertamente muy poderosas. (PARSONS, s/d, p. 104).

A estrutura familiar e os papéis sociais/sexuais bem definidos apresentam, portanto, grande importância estratégica para os mecanismos de integração do ator no sistema social como um todo, devendo, pois, ser mantidos sob controle e devidamente institucionalizados, segundo prega Talcott Parsons.

6 Interessante ressaltar que, tanto no tema da família, quanto no da personalidade, Parsons recebeu, embora as utilize de forma crítica e com algumas ressalvas, diversas influências de Freud, tal qual assume o próprio sociólogo logo no prefácio da obra em análise: “Naturalmente, en el trasfondo de todo esto se encuentra la enorme influencia de los grandes fundadores de la moderna ciencia social, entre los que destacan las tres figuras principales de mis estudios anteriores —Pareto, Durkheim y Max Weber— y aparte de ellos, especialmente Freud. [...]”. (PARSONS, s/d, p. 5).

Mas de que forma a família contribui para o processo de socialização (em que consiste este processo), bem como para a internalização dos papéis sociais e sexuais a serem desempenhados pelo ator social? É o que se verá a seguir, a partir do estudo dos mecanismos motivacionais do próprio sistema social postos em andamento por esta tradicional instituição nuclear.

Ao dar prosseguimento à análise estrutural do sistema social, Parsons assinala que uma das tarefas necessárias a este empreendimento consiste em estabelecer uma classificação dos mecanismos motivacionais operados pelo referido sistema, relacionando-os com os mecanismos da própria personalidade, os quais se encontram divididos, por sua vez, em três categorias: *aprendizagem, defesa e ajustamento*. Para nós interessa, ao discutir o papel ou a função da família nos termos postos acima, sobretudo o mecanismo⁷ da aprendizagem. A aprendizagem compreende, em linhas gerais, para o sociólogo norte-americano, o conjunto de processos através dos quais o autor adquire novos elementos (orientações cognitivas, objetos, interesses, valores, perspectivas) que servirão para orientar a ação; trata-se de um processo de assimilação que não se limita às primeiras etapas do ciclo da vida do ator social, perdurando, isso sim, por toda a sua existência. Ademais, seria possível afirmar que o processo de aprendizagem abarcaria tanto o que usualmente se identifica como sendo um processo de “adaptação normal” a uma mudança de situação, quanto o simples desenvolvimento de determinadas pautas transmitidas.

As orientações seguidas por um ator social no curso do desempenho do “papel” ou “papéis” que lhe foram ou serão atribuídos ao longo da vida certamente refletem um dos resultados mais importantes e visíveis do processo de aprendizagem então descrito, uma vez que os aludidos papéis não equivalem ao mero descortinar de habilidades inatas. A assimilação das orientações precisas, dos comportamentos, atitudes e expectativas relacionados a um determinado papel decorre de um longo aprendizado, o qual, para Parsons (s/d, p. 135), não seria um aprendizado geral, mas, sim uma forma particular de

⁷ Sobre o conceito de mecanismo utilizado por Parsons, eis a sua própria definição: “[...] A este fin se hace necesario aclarar aún más el concepto de mecanismo, que utilizamos aquí en un sentido paralelo al que tiene en fisiología y en psicología de la personalidad. Un proceso es toda forma o modo en que un estado determinado de un sistema o una parte de un sistema se transforman en otro estado. Si su estudio es objeto de la ciencia, se supone que todo proceso se halla sometido a leyes, las cuales se formularán con arreglo a unas determinadas relaciones de interdependencia entre los valores de las variables relevantes. Sin embargo, es frecuente que las leyes que controlan un proceso sean conocidas solo parcialmente, e incluso que se ignoren en absoluto. Aun entonces cabe la posibilidad de describir el proceso según sus fases inicial y final, e incluso posiblemente con arreglo a sus estadios intermedios, o bien dar un paso más y establecer unas generalizaciones empíricas en torno suyo. Todo científico que estudie las interdependencias de las variables, por regla general procede a aislar el proceso en particular o clases de procesos que le interesan, considerándolos como un sistema. Ahora bien, a este mismo fin se hace preciso estudiar el proceso en cuestión como parte de un sistema más amplio. Cuando esto se hace de tal manera que el interés se concentra en la significación de los resultados alternativos del proceso para el sistema u otras de sus partes, se llama mecanismo al proceso”. (PARSONS, s/d, p. 132).

aprendizagem: “A este proceso lo llamaremos proceso de socialización, y al proceso motivacional por virtud del cual se produce, visto con arreglo a su significación funcional con respecto al sistema de interacción, mecanismos de socialización. Estos son los mecanismos implicados en los procesos del funcionamiento «normal» del sistema social”.

Embora o termo “socialização” tenha sido, até aquele momento, habitualmente utilizado em relação ao processo de criação de uma criança, Talcott Parsons ressalva que, apesar de a etapa de socialização infantil ser de grande importância para todo o processo, o termo será empregado de forma ampla e associado à aprendizagem de toda ordem de orientações em termos de significação funcional referente ao funcionamento do sistema de expectativas complementares dos papéis sociais, por isso a duração de toda uma vida e não apenas durante a infância, ainda que esta seja uma fase em que o aprendizado se dê com maior força e maiores desafios.

A atenção especial dada à infância, contudo, se justificaria, ainda, por algumas razões, as quais levariam a crer que, dentre os elementos de personalidade incorporados ao longo da vida, os mais estáveis e duradouros seriam os valorativos (as “pautas valorativas”), mais fortemente introjetados na infância e, na grande maioria dos casos, dificilmente modificáveis ou sujeitos a poucas transformações significativas ao longo da vida adulta. Estes elementos, em especial, conformariam aquilo que o autor irá identificar como sendo o núcleo fundamental da “estrutura básica da personalidade” do indivíduo.

Também os *papéis sexuais* teriam as suas raízes na infância, na relação da criança com seus pais e através do reforço positivo destes últimos por intermédio do mecanismo de recompensas, na medida em que Parsons adota o “complexo de Édipo” freudiano para explicar a assunção do papel de homem ou de mulher e o desenrolar da masculinidade ou feminilidade, respectivamente, com suas correlatas manifestações, responsabilidades, atribuições, tarefas, etc., por parte do ator social. A aprovação e a estima dos pais, com efeito, pelas demonstrações e desenvolvimento tanto de um gênero, a princípio, quanto de uma sexualidade, no momento oportuno, *saudáveis*, em um sentido claramente *normativo*, como destaca o próprio sociólogo, seriam fundamentais para os mecanismos de compensação da criança e para o desencadeamento dos seus mecanismos motivacionais de personalidade, aptos a estimular e orientar o seu agir, as suas escolhas, de modo apropriado ao papel que lhe fora atribuído desde o nascimento, nesse aspecto, e compatível com as expectativas sociais, tudo em perfeita *harmonia*, assegurando a plena *integração e funcionamento* do sistema social.

Sobre o desenvolvimento da masculinidade no pensamento de Parsons, esclarece o

próprio autor que:

Es posible presumir que en esta situación las recompensas recíprocas antes mencionadas se encuentran en conexión especialmente con la identificación, por parte del muchacho, con su rol masculino, y de este modo no solo incluyen la aceptación de los valores generalizados de ambos padres, que puede suponerse que ellos comparten normalmente, sino que llevan consigo la particularización de aquellos valores aplicándoselos a sí mismo, cuando llega a comprender que debe crecer para ser un hombre, en un sentido normativo. Lo que forma uno de los principales focos de su socialización en este punto es la aprobación y la estima de sus padres por sus demostraciones de masculinidad. Por consiguiente, se identifica con su padre en un doble sentido: primero, en que comparte los valores en general, y en cuanto a su grupo de edad, los de ambos padres; y segundo, en que acepta la norma de que su aplicación a él debe hacerse en el rol diferenciado de un muchacho, a diferencia del de una chica. En la sociedad norteamericana, al menos, el prolongado «período latente», con sus evidencias de masculinidad compulsiva y su estricta segregación de los sexos, no por ley de los adultos, sino por presión de grupos de iguales, como fenómenos socialmente pautados, indica de modo muy claro que en este caso el proceso de aprendizaje lleva necesariamente implícitos complicados procesos de ajuste. (PARSONS, s/d, p. 146)⁸.

O aprendizado “normal” dos papéis sexuais que tem início na infância atingiria o auge na idade adulta, desvinculando-se, nesse segundo momento, da estrita relação estabelecida entre o menino e a mãe ou entre a menina e o pai. Isso porque Parsons engloba tanto a dimensão de gênero, quanto a de sexualidade no mesmo contexto de desenvolvimento de um dado papel sexual/social. Na infância, explica o sociólogo, o erotismo representa de forma simbólica apenas uma parte do aprendizado geral de um papel social, a qual se relaciona com a sensação de segurança conferida pela relação afetiva estabelecida entre a criança e a mãe ou o pai. A “sexualidade infantil” serviria, portanto, como o gatilho inicial para a assimilação dos comportamentos correlacionados ao gênero masculino (homem) ou feminino (mulher). Já na

8 Em caráter complementar, acerca do que ocorre com a menina e o desenrolar do seu papel sexual, tem-se que, nas palavras do autor: “El caso de la muchacha muestra una interesante combinación de similitudes y diferencias. El «peligro» que entraña el retener su estatus infantil no es el de identificación con un rol sexual equivocado, sino el no poder ser capaz de formar una vinculación adecuada con el sexo opuesto. Seguramente su padre constituye para ella el prototipo del objeto masculino, al igual que para su hermano. Pero, una vez más, el tabú del incesto prohíbe una simple transferencia de vinculación erótica desde la madre al padre, de manera que debe renunciarse, primero, a la vinculación con la madre, después a una vinculación infantil erótica para con la madre y, finalmente, desarrollar una vinculación madura para con un hombre. Esto implica una compleja combinación de identificaciones con la madre y con el padre. En función del rol sexual, como es lógico, lo Preceptuado es que se acepte el rol de la madre, y de aquí la identificación con ella en este sentido. Pero debe tener lugar aún el proceso de emancipación de la Vinculación materna infantil. Cabe suponer que en esto desempeña un papel crucial la identificación con el padre, pero debido al carácter complementario de los roles sexuales, podrá librarse de algunas de las presiones que actúan en el caso del muchacho. Puede imaginarse que, debido a la presión ejercida para que renuncie a la vinculación materna, existe una tendencia a transferir las necesidades eróticas al padre, pero a su vez esto se ve reprimido por las implicaciones del tabú del incesto. Muy bien pudiera ser que este bloqueo constituya un foco fundamental del resentimiento femenino contra los hombres. Pero lo más importante es que, tanto para la muchacha como para el chico, el padre representa un foco esencial de presión que le induce a crecer, a renunciar al infantilismo y, por tanto, a aprender las orientaciones de Valor del mundo adulto de la sociedad; en ambos casos, la vinculación con su madre constituye una barrera a su aprendizaje, y la intervención del padre es una palanca que le hace desprenderse de esta vinculación”. (PARSONS, s/d, p. 146).

maturidade, a sexualidade passaria a ocupar o “lugar adequado” dentro do quadro geral de valores e papéis próprios à vida adulta; ou seja, na idade adulta, o desejo sexual “normalmente desenvolvido” em torno da heterossexualidade reforçaria o aprendizado acerca da compreensão social do ser homem e do ser mulher, de modo a gerar a compatibilização dos papéis complementares de homem e de mulher para fins de estabelecimento de uma relação amorosa, de um casamento e, por fim, de constituição de uma nova unidade familiar, afinal:

[...] Un hombre «merece» gozar de una relación erótica amorosa únicamente en tanto en cuanto él viva con arreglo a la pauta de valor usual del rol masculino en la sociedad, por cuanto logra alcanzar unos niveles requeridos de competencia, responsabilidad, etc. De modo similar, una mujer debe aceptar su rol familiar, su vinculación a un hombre plenamente masculino, no a una figura materna, así como la responsabilidad de socializar a sus hijos en función del sistema general de valores, como condición de ser amada en el sentido de que se trata de una repetición en otros del prototipo infantil. [...]. (PARSONS, s/d, p. 147).

Seria justamente essa integração das necessidades eróticas do homem e da mulher crescidos com o sistema de valores da vida em sociedade que fixaria a diferença entre a sexualidade “normal” adulta e a sexualidade infantil, reforçando a importância do papel sexual assimilado (inclusive enraizado demais, segundo destaca Parsons, para ser questionado, modificado, quiçá eliminado) e corretamente desenvolvido pelo indivíduo, bem como o seu impacto no processo de socialização e na própria manutenção do funcionamento harmônico do sistema social.

4. Conclusão: ação, sistema social e integração – os mecanismos de controle social garantindo a ordem e reiterando a normatividade

E o que acontece se algo der errado no processo de aprendizagem e desenvolvimento de um determinado “papel social”? Para responder a este último questionamento, resta mencionar, por fim, os mecanismos de *controle social*.

Retomando o tema da socialização, Talcott Parsons irá afirmar que a distribuição ou alocação dos indivíduos em papéis sociais e os processos de socialização correspondem a uma mesma dinâmica interativo/relacional analisada sob duas perspectivas distintas – de um lado, a alocação representa o ponto de vista da significação funcional do sistema enquanto tal (perspectiva do sistema social); de outro, a socialização equivale ao viés de motivação individual do ator (perspectiva do indivíduo). Decidir-se entre as múltiplas possibilidades de “papéis” que lhe são apresentadas consubstancia uma parte importante do aprendizado social do indivíduo, de modo que as decisões tomadas, as escolhas feitas concretizem as pautas de

orientação valorativa transmitidas no curso do processo de socialização; já os processos de ganhos e recompensas, do ponto de vista motivacional, relacionam-se às perdas e ganhos valorados pelos próprios atores individualmente considerados, tratando-se, pois, quer de processos fluidos em situações já estabilizadas, quer de processos de mudança, ajustes e adaptações em outras circunstâncias. Tais ajustamentos podem se dar de forma exitosa face aos mecanismos de socialização ou podem dar origem a tendências desviantes, tornando-se alvo da atuação dos mecanismos de controle social.

Existem, pois, conforme explica o sociólogo norte-americano, *tendências à desviação*, tendências a distanciar-se da conformidade com os critérios normativos que foram fixados visando a estabilização do sistema e consolidaram-se no bojo da cultural geral, as quais, por conseguinte, precisam ser corrigidas, controladas. Nas palavras de T. Parsons (s/d, p. 135), *“una tendencia a la desviación es un proceso de acción motivada, por parte de un actor que indiscutiblemente ha tenido toda clase de oportunidades de aprender las orientaciones requeridas y que tiende a desviarse de las expectativas complementarias de conformidad con los criterios comunes en tanto en cuanto estos son relevantes para la definición de su rol”*. Esse tipo de tendência termina por obrigar o sistema social a enfrentar o problema e a agir de maneira a controlá-lo, uma vez que, se permiti-lo ultrapassar determinados limites, corre o risco de se desintegrar. As reações do sistema direcionadas a motivar os atores sociais a abandonarem as escolhas desviantes de modo a voltarem à conformidade com a norma são chamadas de *mecanismos de controle social*. Um mecanismo de controle social, para o autor, portanto, *“es un proceso de motivación en uno o más actores individuales que tiende a reaccionar frente a una tendencia a la desviación en el desempeño de las expectativas de rol, en él mismo o en uno o más alter. Se trata de un mecanismo de restauración del equilibrio”* (PARSONS, s/d, p. 135).

Ou seja, o que se pôde perceber ao longo de todo o presente trabalho foi que, para Parsons, de fato, a manutenção da harmonia e da ordem do sistema, bem como a perpetuação das pautas culturais, estruturas e instituições capazes de garanti-las, representam a preocupação central que todo ator (e, em última escala toda a coletividade) deve manifestar, acima (ainda que preferencialmente de forma convergente e integrada) de qualquer interesse particular. Essa conclusão, quando aplicada ao caso das *peessoas trans* e ao tratamento que lhes vem sendo conferido pela Medicina, Direito e, inclusive, Bioética tradicional, explica o porquê da ânsia pela patologização da experiência, pelo seu supostamente seguro aporte na biologia dos corpos e pelo tratamento terapêutico/adequatório que visa, sobretudo, conformar, adequar corpos aparentemente incoerentes (em que o sexo anatômico teoricamente não

coincidiria com um sexo psicológico identificado no indivíduo que se diz transexual), através da cirurgia de transgenitalização (“mudança de sexo”) à normatividade social, à *heteronormatividade*, em suma, aos papéis sociais e sexuais tradicionalmente transmitidos, ensinados e cuidadosamente cultivados de geração em geração.

REFERÊNCIAS:

ALBUQUERQUE, Ana Carolina Cavalcanti de. *Poder e Violência no Estado de Direito: análise comparativa do pensamento de Hannah Arendt e Niklas Luhmann*. 2011. 277 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2139/tde-26032012-110804/pt-br.php>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BENJAMIN, Harry. *The transsexual phenomenon*. Düsseldorf: Symposium Publishing, 1999.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BENTO, Berenice. *A experiência transexual no contexto hospital*. Disponível em: <<http://www.ciudadaniasexual.org/reunion/M1%20Bento.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CASTEL, Pierre-Henri. *Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995)*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 77-111, 2001. [online]. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882001000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 jun. 2014.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. *Talcott Parsons e o esquema conceitual geral da ação. Emancipação*, Vol. 7, n. 2, pp. 257-276, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/108/106>>. Acesso em: 20 out. 2013.

DAWE, Alan. Teorias da Ação Social. In: BOTTOMORE, T. & NISBET, R. (orgs.). *História da Análise Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980, pp. 476-546.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 27ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GRANT, Carolina. *Bioética e Transexualidade: para além da patologização, uma questão de identidade de gênero*. In: XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010, Fortaleza. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010, pp. 842-858.

GRANT, Carolina. *Bioética e Transexualidade: o “fenômeno transexual” e a construção do dispositivo da transexualidade (transexualismo) – o paradigma do “transexual verdadeiro”*

vigente no direito brasileiro. In: XXII Encontro Nacional do CONPEDI, 2013, Curitiba. Anais do XXII Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2013. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=4e4f523705f88c72>>. Acesso em: 20 jun. 2014

HITA, Maria Gabriela. *A família em Parsons: pontos, contrapontos e modelos alternativos*. Revista Antropológicas, ano 9, volume 16, n. 1, pp. 109-148, 2005. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaantropologicas/index.php/revista/article/view/51/48>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MELO, Marina Félix. *Talcott Parsons na Teoria Sociológica Contemporânea*. Revista Espaço Acadêmico, v. 12, n. 126, set. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/17698/9745>>. Acesso em: 20 out. 2013.

MONEY, John. Gender: History, Theory and Usage of the Term in Sexology and Its Relationship to Nature/Nurture. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 11:2, 1985, p. 71-79.

PARSONS, Talcott. *El Sistema Social*. Disponível em: <<http://investigacion.politicas.unam.mx/teoriasociologicaparatodos/pdf/Enfoque/Parsons%20-%20El%20sistema%20social.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

PARSONS, Talcott. *The Social System*. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1970.

ROCHER, Guy. *Talcott Parsons e a sociologia americana*. São Paulo: Francisco Alves, 1976.

STOLLER, Robert J. *A experiência transexual*. Rio de Janeiro: Imago, 1982.